

»planície de terra rasa»¹; em latim também *mensa* tem várias significações deduzidas do aspecto do móvel de que estou falando: nada de isto porém justifica que à parte superior de um dólmen se aplique a palavra *mesa*, porque um dólmen é um edifício, um abrigo fúnebre, uma casa de mortos, e os arqueólogos devem olhá-lo principalmente por dentro, e não apenas por fora. Ninguém poderia apelidar de *mesa* o telhado de uma casa, ainda quando visto por cima, e quando feito de lousa, como no Norte de Trás-os-Montes se usa; não seria contudo desrazoável empregar em tal sentido *chapéu*, expressão que uma vez no Alentejo ouvi a um campónio que me ajudava a explorar um dólmen, e que a applicou à tampa de êste: de facto o chapéu serve para «cobrir», e outro uso não tem a laje que, assente em esteios, delimita superiormente a câmara dolménica.

7. MOBILIÁRIO.

Não acho próprio, ao mencionar objectos miúdos encontrados em sepulturas, traduzir por *mobiliário* a palavra francesa *mobilier*. Melhor diremos *espólio*: cf. *O Arch.*, XI, 338, nota 2; também poderemos dizer *alfaia*, *aparelho*, *aparato*, *apercebimentos*, *aprestos*, etc.

J. L. DE V.

Monumentos Nacionais

I

Palácio de Queluz

Acêrca de êste notável edificio foi recentemente dirigida ao Governo pela Comissão de Monumentos da 1.^a Circunscricção, por intermédio do respectivo Conselho de Arte e Archeologia, uma representação, cujas conclusões são as seguintes:

«1.^o Que o Palácio de Queluz, juntamente com a parte artística dos jardins anexos, seja confiado ao Conselho de Arte e Archeologia para ser especialmente destinado a Museu de Mobiliário e mais artes decorativas do séc. XVIII e primeiro têtço do séc. XIX.

2.^o Que nas antigas salas do trono, dos embaixadores e outras do mesmo palácio, de reconhecido valor artístico, se proceda sob a fiscalização desta Comissão, aos trabalhos de restauração e consolidação que sejam necessários para lhes assegurar a integridade material e estética e o carácter da época;

¹ Bluteau, *Vocabulário*, s. v., onde cita as *Décadas* de Barros.

3.º Que o núcleo de operários entalhadores, actualmente empregado no serviço da restauração de algumas salas do palácio, fique constituindo uma «oficina-escola de escultura decorativa e restauração de mobiliário», sob a direcção técnica e artística de um escultor competente que o Conselho de Arte e Arqueologia poderia indicar se assim o julgasse conveniente ou lhe fôsse pedido;

4.º Que não seja arrendada nenhuma dependência do palácio sem a prévia consulta da Comissão dos Monumentos, disposição que deve generalizar-se a todos os edifícios considerados como monumentos nacionais;

5.º Que todo o mobiliário de carácter artístico e histórico que se encontre disperso por vários pontos do país seja, com a possível brevidade, recolhido, a fim de depois de escolhido, classificado e devidamente separado dar entrada nos Museus que lhe forem assinalados pelas comissões competentes».

II

O monumento dos Jerónimos

A Comissão de Monumentos da 1.ª Circunscrição, que tem devotadamente procurado executar as importantes funções que o decreto de 26 de Maio de 1911 lhe attribuiu, acaba de dirigir ao Governo, por intermédio do respectivo Conselho de Arte e Arqueologia, uma extensa representação, na qual são indicadas como absolutamente necessárias e urgentes as seguintes providências, relativamente ao histórico e monumental edificio de Santa Maria de Belém:

«A Comissão, depois de ter examinado detidamente a igreja, o côro e o claustro, assentou no seguinte:

1.º Que por uma comissão especial de técnicos deve, sem demora, ser feita uma rigorosa inspecção às abóbadas da igreja, nas quais se notam desvios que podem oferecer perigo;

2.º Que as grades que vedam o actual baptistério, a capela fronteira, as duas capelas dos extremos do transepto, e a capela-mor, bem como as que nesta última se vêem a um e outro lado dos degraus de acesso ao altar, devem ser retirados, ficando essas capelas sem vedação, o que, nem sob o ponto de vista litúrgico representaria inconveniência, podendo, quando muito, admitir-se a vedação do baptistério e da capela fronteira, por meio de gradeamentos adequados;

3.º Que os retábulos do séc. XVIII colocados aos cinco altares do transepto e que, em parte, escondem labores de cantaria, devem ser removidos, na hipótese de se verificar que, de facto, occultam lavrados primitivos;

4.º Que é absolutamente necessário transladar sem demora, e com o decôro devido, para o panteão de S. Vicente, os restos da rainha de Inglaterra, D. Catarina, filha de D. João IV, agora depositados na capela do extremo norte do transepto e encerrados num caixão tôsko, de madeira, sem fôrro, e coberta por um pano grosseiro, e bem assim os despojos de dois infantes seus irmãos, guardados por detrás do altar-mor, num desvão¹, onde também se encontra a ossada que se diz ser a de Camões, a qual deve ser depositada no sarcófago construído por disposição testamentária de Simão José da Luz Soriano;

5.º Que o monumento funerário de Almeida Garrett pode ser montado (provisóriamente, e enquanto não tivermos um Panteão Nacional), sob a fiscalização desta Comissão, no vão contíguo ao actual baptistério;

6.º Que, devendo a igreja de Santa Maria de Belém, segundo o critério já estabelecido pela Comissão, abrigar sómente os despojos dos heróis da nossa epopeia marítima, abrindo-se apenas uma excepção em favor de Camões, por ter sido cantor dêsses altos feitos e permitindo-se a colocação do monumento funerário de Garrett sob o côro, em atenção aos direitos legitimamente adquiridos pela agremiação literária promotora dessa homenagem, e, ainda assim, sem carácter definitivo,—deve promover-se a urgente adaptação do incompleto monumento de Santa Engrácia, a Panteão Nacional, a fim dali serem definitivamente tumulizados os restos de Almeida Garrett e João de Deus;

7.º Que é de absoluta e inadiável necessidade proceder-se à limpeza e arranjo do templo, libertando-o dos féretros mais ou menos abandonados que em muitos pontos se encontram, de modo que o monumento readquira, no seu aspecto geral interno, o carácter sério e austero que, pela sua alta significação histórica e artística, deve sempre manter;

8.º Que as vidraças coloridas devem substituir-se por vitrais no estilo do monumento;

9.º Que devem ser regularizados, não só o paramento da parede em que se inscreve a porta principal, como o da fachada onde existe a porta de acesso ao claustro;

10.º Que, no côro, se impõe, como urgentíssima, a necessidade de ser submetida a tratamento especial a madeira do precioso cadei-

¹ Assim se cumpriu esta providência.

rado, de modo que não prossiga a acção destruidora do caruncho, devendo ainda proceder-se, sob a vigilância da Comissão e a direcção permanente de um escultor, ao restauro de talha, compreendendo a substituição das trinta e três cariátidas que desapareceram (algumas recentemente) e importando, também, substituir, por damasco de sêda ou pinturas adequadas, os painéis do séc. XVIII, absolutamente destituído de merecimento, que, representando os apóstolos, se vêem nas espaldas;

11.º Que, permitindo as fundações agora postas a descoberto e os elementos gráficos já na posse da Comissão, uma reconstituição absolutamente rigorosa da fonte e alegretes que primitivamente ocupavam o claustro, deve essa reconstituição ser estudada e projectada pelas Comissões, promovendo-se depois, pelo Ministério do Fomento, que seja levada à prática.

12.º Que, encontrando-se o pavimento dos claustros em más condições, necessário e urgente se torna que seja reparado e refeito sob fiscalização desta Comissão.

13.º Que as instalações da Casa Pia devem ser completamente independentes da parte monumental do edificio».

III

A Torre de Belém

... Torre antiga e veneranda,
—Hoje tam profanado monumento
Das glórias de Manuel...

Almeida Garrett — *Camões* — Canto I

Tem má sina a esbelta e elegantíssima torre, que o gentilíssimo espirito do mção de escrevaninha de D. João II debuxou. Já antes da restauração feita pelo Duque da Terceira, em 1843, ela apresentava um tam triste aspecto, que Garrett dela disse ser o primeiro edital que logo à entrada de Lisboa estava para anunciar ao estrangeiro: — «aqui moram bárbaros».

Depois disso, a incúria indígena, o desleixo característico, a indifferença com que se consentiu, sem uma campanha, o estabelecimento daqueles panelões que dia a dia a insultam, vomitando-lhe sobre os caprichosos ornatos a baba destruidora da sua fumarada, deve concluir a obra, tornando passados anos verdadeiro o dito de Garrett.

Pouco será para admirar, que nesta terra em que as cousas de Arte são olhadas como reles mesquinaria, se deixe arruinar uma das

mais interessantes e típicas obras, que possuímos do estilo manuelino. Quási ruína já ela é, toda enegrecida pelo fumo, a pedra carcomida aqui e além, quási a esboroar-se em alguns sítios.

Emquanto lá fora, na Inglaterra, na Alemanha, na Itália, na França, se olham com um enternecido amor as cousas de Arte, tendo para os velhos monumentos desvelos de conservação, procurando por todas as formas evitar a sua derrocada: em Portugal quando se não derrubam, como ainda há pouco sucedeu ao Arco de Santo André, deformam-se e amesquinham-se, como no caso das ruínas romanas do Templo de Diana, em Évora, que já serviu de açougue municipal, ou abandonam-se a si própria até caírem, como está sucedendo à curiosa igreja do convento da Graça, também em Évora, típico exemplar Renascença, como poderá suceder à Torre de Belém, e já tem acontecido a tantas e tam belas cousas por esse país fora.

No cadastro da selvajaria nacional, que o Sr. Ramalho Ortigão, nestes assuntos de Arte, organizou no seu livro *O culto da Arte em Portugal*, há casos interessantes e típicos. Mas faltou-lhe muito, e se hoje se fizesse uma segunda edição, muito aumentada deveria ela ser.

Tudo quanto representa a obra das gerações que nos precederam é respeitável, e os portugueses de hoje não tem senão que se orgulhar da sua ascendência ilustre. A não ser que se parta do princípio que as nações se constroem de empreitada como as casas (que ainda assim precisam de alicerces para não caírem) fôrça é olhar com respeito o que os avós fizeram na tendência dum aperfeiçoamento progressivo.

As melhores e mais verdadeiras páginas da História são os monumentos. A psicologia dum povo, o seu estado mental e moral, a curva sofrida pela sua civilização e pelo seu desenvolvimento, é traduzida nas várias épocas pelos seus monumentos, pelas suas obras de Arte. Tem uma fala as pedras, que se repercute pelos séculos fora, sempre com a mesma eloquência sincera, sempre com o mesmo brilho sugestivo. O Pártenon é todo o esplendor da Grécia de Péricles, como o Circo todo o desvairamento sensual e brilhante do império romano da decadência, como o Escorial é a síntese da Espanha fanática de Filipe II, e Mafra a época magnífica e galante, perdulária e artística do nosso D. João V.

A Torre de Belém alguma cousa representa para quem a queira ver e a saiba entender. Vergonha é para nós não a olharmos com amor, quando ela é uma fonte de admiração para estrangeiros, chegando um francês ilustre, Marcel Dieulafoy, num livro recentemente publicado, a falar dela com elogio, como um dos monumentos mais

interessantes de Portugal. Basta ser a única obra fortificada que nós possuímos no estilo manuelino, para merecer o maior cuidado e o maior carinho. No entanto... ;Pobre tórre!

O Tempo olhou-a com amor, só lhe ensinando o Mar nas litânias bárbaras que, acompanhado pelo vento, entoa nas noites rasgadas de tempestade, as lendas desfeitas da Índia, os sonhos quebrados da raça que outrora o dominou na audácia incrível dos heróis. Olha as gerações que passam com a melancolia das cousas, que são estranhas à época e às ideas; e no seu sonho de vice-reis, de fidalgos purpurados, chamarrados de ouro, deslumbrantes de jóias num esplendor oriental de sátrapas, estranhos lhe parecem os minúsculos homens de hoje, repletos de civilização e fracos de ânimo, em comparação com os gigantes musculosos tostados pelo sol da Índia, que nos conveses, atulhados de especiarias, olhavam com olhos rasos de lágrimas de alegria as tórres da Lisboa manuelina, que dominavam um pôrto que era uma floresta de mastros.

Tremiam flâmulas e pavilhões ao vento e nos eirados do Paço da Ribeira a côrte sumptuosa de D. Manuel discreteava sôbre as cousas do Oriente. Passava pela atmosfera um bafo sensual e requintado de moleza e de luxo, e intrigas palacianas borboleteavam naquele meio, radiante de espírito e erudição, onde avultava, como uma flor exótica, a estranha e erudita figura da infanta D. Maria. Tudo isso a esbelta e elegantíssima tórre viu. É bem a tórre de marfim das ilusões e dos sonhos duma raça, ó atestado eloquente, a testemunha muda, mas impressiva dessa nevrose de glória e mando que no séc. XVI sacudiu os nervos da gente portuguesa, enchendo o mundo dum sôpro titânico de fôrça dominadora, que fazia enfunar as velas das naus e dos galeões, das caravelas e das almadias descobridoras, indo derrubar como um castelo de cartas o império comercial dos Turcos aos mares do Oriente, e abalando ao som dos atabales, das trombetas e das sacabuxas, os palácios vetustos da velha Roma, na decoração estrepitosa e vibrante das embaixadas soberbas. Sonho de português cristalizado em pedra, devaneio de artistas estilizado em calcáreo, ficou através das inclemências do tempo como uma página documentadora do século das conquistas. É um eco da Renascença que ficou pelos séculos fora a vibrar, lembrando ainda a marcha triunfal que a nossa raça entoou e que o mundo ouviu.

;E como aqueles castelos, que na sua solidão altiva bordam as margens do Reno, evocando na sua grandeza a velha Germânia das lendas e dos trovadores, dos burgomestres obesos e das castelãs lou-ras e românticas; ela deve ali estar como sentinela dêsse Tejo por

onde o vento da epopeia cantou, nas enxárcias dos velhos barcos, a hossana de Portugal!

É tempo ainda. Valham-lhe, para que não fique logo à entrada do país o aviso de que falou o elegante e irónico Almeida Garrett: «—Aqui moram bárbaros».

IV

Castelo de Castelo de Vide

A câmara vai pedir ao Governo a cedência do Castelo e respectivos quartéis, a título de conservação, a fim de evitar que se pratique qualquer vandalismo naquele importante monumento das nossas glórias do passado.

V

Panteão Nacional

Sobre a criação de um Panteão Nacional e a sua instalação no belo edificio, incompleto, de Santa Engrácia, dirigiu ao Governo, a Comissão de Monumentos, por intermédio do Conselho de Arte e Arqueologia, a representação seguinte:

«Vem de longe o considerar-se como Panteão Nacional a igreja de Santa Maria de Belém. É certo, contudo, como mais de uma vez se tem ponderado, que havendo êsse belo edificio sido expressamente construído para comemorar o descobrimento do caminho marítimo para a Índia, só os restos daqueles que se distinguiram nas audaciosas navegações, descobertas e conquistas que immortalizaram o nome português e deram à nossa Pátria, embora por um momento, a hegemonia da civilização, devem, com pleno direito, ser ali recolhidos.

Foi êste o critério estabelecido pela Comissão de Monumentos da 1.^a Circunscrição Artística e Arqueológica, ao tratar da colocação provisória do túmulo de Almeida Garrett no histórico templo de Belém. Êste fôra também, conquanto menos claramente definido, o critério do antigo Conselho de Monumentos Nacionais. E tanto uma como a outra destas corporações reconheceram, por um lado, a necessidade de se estabelecer official e nitidamente o que deva ser entre nós o Panteão Nacional, e, por outro lado, a vantagem de se completar, adaptando-a a êsse fim, a inacabada igreja de Santa Engrácia, a qual, além de ser um edificio notabilíssimo, que, ainda numa cidade mais rica de monumentos do que Lisboa, mereceria ser completada e posta em evidência, oferece uma disposição tal, que a torna muito fácilmente adaptável ás funções de um Panteão.

Assim, tem esta Comissão a honra de propor superiormente que, na próxima sessão legislativa, o Govêrno obtenha a necessária auto-
rização parlamentar para:

1.º Decretar a criação de um Panteão Nacional, independente do templo de Santa Maria de Belém, ficando êste último exclusivamente destinado a jazida dos heróis da nossa epopeia marítima e do cantor dessa epopeia;

2.º Mandar estudar o complemento da igreja de Santa Engrácia e a sua adaptação a Panteão».

(*Diário de Noticias*, de 15 e 17 de Novembro de 1913).

PEDRO A. DE AZEVEDO.

Bibliografia

— *Bulletin Hispanique*, xv. No n.º 1, Janeiro-Março de 1913, dá o Sr. Pierre Paris lisonjeiras notícias do vol. xv d-*O Archeologo Português*, falando em especial do valioso trabalho que o Sr. Marques da Costa aí publicou acêrca do castro de Chibanes; também se refere às esculturas preistóricas do Museu Etnológico, e assinala a importância do Casal do Monte (estudos de Joaquim Fontes) como estação paleolítica. — Bom é que os esforços que em Portugal se fazem em prol da ciência encontrem acolhimento na simpatia dos estrangeiros, principalmente na de aqueles que tem a competência do Sr. Pierre Paris.

— *Monthly Numismatic Circular*, xxii. No número de Fevereiro de 1914, col. 90-93, publica o Sr. Henry T. Grogan mais um artigo subordinado ao título de «Indo-Portuguese Numismatics», o qual consta de duas partes. Na primeira descrevem-se duas raríssimas moedas de ouro cunhadas em Goa: uma, que representa talvez a mais antiga emissão do *santomé* de ouro com a figura do santo de pé, — moeda atribuída pelo autor ao reinado de Filipe I (1580-1598); outra, que é o mais antigo espécime de um *santomé* de ouro com data (esta é 1632). Na segunda parte explica-se a grelha das moedas de Ceilão, não como até aqui se tem explicado, mas posta em relação com a fortaleza que os Portugueses tinham em Colombo, chamada «de S. Lourenço»; e diz-se que no Museu de Colombo há moedas de tutanaga, de módulo pequeno, que devem ter sido cunhadas na ilha, o que é novidade, pois não se conheciam de Ceilão moedas feitas de tal substância. — Todos estes quatro descobrimentos se devem ao Sr. Codrington, membro da Rial Sociedade Asiática de Londres.

J. L. DE V.